

# | 1190 | PROJETO PORTAL DA AMAZÔNIA: CONTRADIÇÕES NA ORLA DE BELÉM/PA

*Monique Bentes Machado Sardo Leão*

## **Resumo**

Este trabalho tem a intenção de analisar o projeto de “revitalização” da orla do Rio Guamá, chamado “Portal da Amazônia”, o qual é integrado a um projeto maior de macrodrenagem e urbanização da Bacia da Estrada Nova, área de *baixada* em Belém que se caracteriza por ser local de moradia de população pobre, com a densidade mais alta de toda a região metropolitana. Esta intervenção tem como ponto alto a construção de uma “nova orla” para a cidade; entende-se como “orla” um equivalente do parque linear urbano mesclado a uma intervenção viária, e associado a serviços de amenidades, lazer e consumo. O objetivo do projeto é a criação de um novo ponto turístico para a cidade e que favoreça o desenvolvimento econômico para a área, até então considerada precária. Pretende-se desenvolver uma discussão a respeito das mudanças no uso e na apropriação do solo urbano de uma porção das margens do Rio Guamá, ocupada anteriormente por palafitas e atividades portuárias de pequeno porte, procurando identificar as tendências da intervenção urbana e abordar como a proposta contextualiza-se na área de *baixada*.

**Palavras-chave:** portal da Amazônia, baixadas, Belém, paisagem urbana, orla.

## **Introdução: as Baixadas de Belém/PA e novas perspectivas de intervenção**

Frente à recente ambientalização do planejamento urbano e das políticas de ordenamento territorial, novas práticas e sentidos surgem envolvendo o uso dos elementos naturais inseridos no contexto urbano (ACSELRAD, 2001). Essa ambientalização torna-se cada vez mais presente no processo de urbanização contemporânea, principalmente em discursos que apontam para o “esverdeamento” dos projetos e recuperação ambiental nos quais o elemento natural é agregado como parte de uma reconstrução simbólica das identidades das cidades, com a função de estimular o sentimento de auto-estima e pertencimento dos habitantes a suas cidades (EMELIANOFF, 2003; ACSELRAD, 2001).

Nesse contexto, os cursos d’água urbanos vêm sendo alvo de críticas em virtude da degradação ambiental e isolamento do contato social gerados pelas práticas sanitaristas (EMELIANOFF, 2003). Isto vem ocorrendo de tal modo que o elemento hídrico tem recebido uma nova funcionalidade na paisagem urbana, surgindo como elo entre natureza e cidade e mesmo entre a nova economia do terciário e os novos modelos de desenvolvimento urbano. Portanto, no caso brasileiro, onde os cursos d’água foram incorporados à paisagem como elementos técnicos de saneamento, ocorre à necessidade da reavaliação das condutas de tratamento de águas urbanas, principalmente após os problemas ambientais, como

inundações, alagamentos, desabamentos e etc. eventos crescentes nas cidades nos últimos anos, sendo presente em discursos brasileiros a defesa por soluções mais “ambientalizadas” ou “compreensivas” ambientalmente, como a renaturalização de córregos e a recuperação do convívio social com o elemento natural (BUENO, 2005).

A cidade de Belém do Pará, localizada na região Norte do Brasil, teve seu processo de ocupação historicamente marcado por uma segregação socioespacial e expansão desigual em relação ao acesso a terra e a infraestrutura, onde a fisiografia foi fator condicionante para sua divisão social. Em Belém as áreas de terra firme foram consideradas mais favoráveis e menos insalubres em relação às áreas alagadiças próximas às terras costeiras, configurando a formação da área central de Belém em terras mais altas e saneadas, ocupadas por famílias de maior renda, enquanto em sua volta, em terrenos mais baixos e alagadiços, a população era mais empobrecida (PENTEADO, 1968; MOREIRA, 1966). Tal processo segue uma tendência brasileira no que tange ao padrão de ocupação de assentamentos precários, a partir da qual os pobres urbanos estariam fixados, geralmente em terras públicas, desvalorizadas, inadequadas, de fragilidade/proteção ambiental (MARICATO, 2000).

Sobretudo, no final da década de 1950, com a ocupação mais densa da cidade, esta começou a ultrapassar seus limites formalmente urbanizados em direção às áreas alagadiças e sujeitas a inundação, popularmente chamadas “baixadas”, por apresentarem cota de nível abaixo de 4 metros, correspondendo a cerca de 40% do território municipal (SUDAM; DNOS; PARÁ, 1976). Os limites para o crescimento eram apenas parcialmente definidos, e a cidade crescia livremente, através de ocupações irregulares que ocorriam em áreas do setor privado e de instituições públicas localizadas dentro das fronteiras da Primeira Léngua Patrimonial (LIMA, 2000), porção de terras devolutas transmitida pela Coroa Portuguesa à Municipalidade e que se converteu na porção de melhor infra-estrutura e maior densidade de capital da região metropolitana. Apesar da precariedade das condições de moradia, ligadas, sobretudo a condições de saneamento, existem vantagens locacionais para essa população em morar próximo a áreas centrais, onde se beneficiam com ofertas de serviços urbanos e facilidade de emprego, garantido mecanismos de sobrevivência na cidade (ABELÉM, 1989).

As construções nas baixadas eram principalmente de madeira, em palafitas com acesso realizado por meio de estivas em terrenos encharcados permanentemente, que em geral recebia parte dos esgotos das áreas mais altas (ABELÉM, 1980). Com o rápido adensamento das baixadas, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970 suas condições precárias

de habitação se agravaram, com constantes casos de alagamentos, inundações e surtos epidêmicos causados por doenças transmitidas por vetores hídricos.

A principal estratégia de intervenção sobre essas áreas foi baseada em projetos de saneamento, com objetivos concentrados na implantação de técnicas de drenagem de bacias hidrográficas através de soluções *estruturais*, com canais retificados para possibilitar a integração viária da cidade. A proximidade em relação à área central tornava essas áreas cobiçadas pelo mercado imobiliário após consolidadas, favorecendo a criação de áreas valorizadas e o deslocamento da população de renda mais baixa para áreas em expansão, geralmente áreas ainda verdes, fronteiriças e não servidas de infraestrutura. Esses projetos geravam altos números de remoções e reassentamentos de famílias para aberturas de canais e vias, em geral a solução habitacional se dava através de conjuntos habitacionais construídos em áreas mais distantes do núcleo urbano. Este processo de deslocamento tem sido recorrentemente considerado pela literatura local como fator de periferização da cidade e reforço para a segregação social no espaço urbano, pois famílias procedentes das baixadas junto com novos imigrantes de outros municípios que chegavam à cidade encontram na prática das ocupações coletivas de terras ociosas em terras localizadas na área de expansão da cidade (cada vez mais distantes do centro) alternativas para suprir a carência de moradia (LIMA, 2000).

É importante o exame do processo de reurbanização da área da Bacia da Estrada Nova, *baixada* (termo local para a designação de área de *favela*) localizada próximo ao principal núcleo central da cidade. Englobando dois projetos da prefeitura municipal, o primeiro de macrodrenagem da bacia e o segundo da construção de uma orla no Rio Guamá, o “Portal da Amazônia”, inicialmente apresentava-se uma proposta socioambiental de requalificação urbana da área que estaria de acordo com novas tendências da engenharia ambiental, o que proporcionaria o reassentamento das famílias na área, ou em suas proximidades.

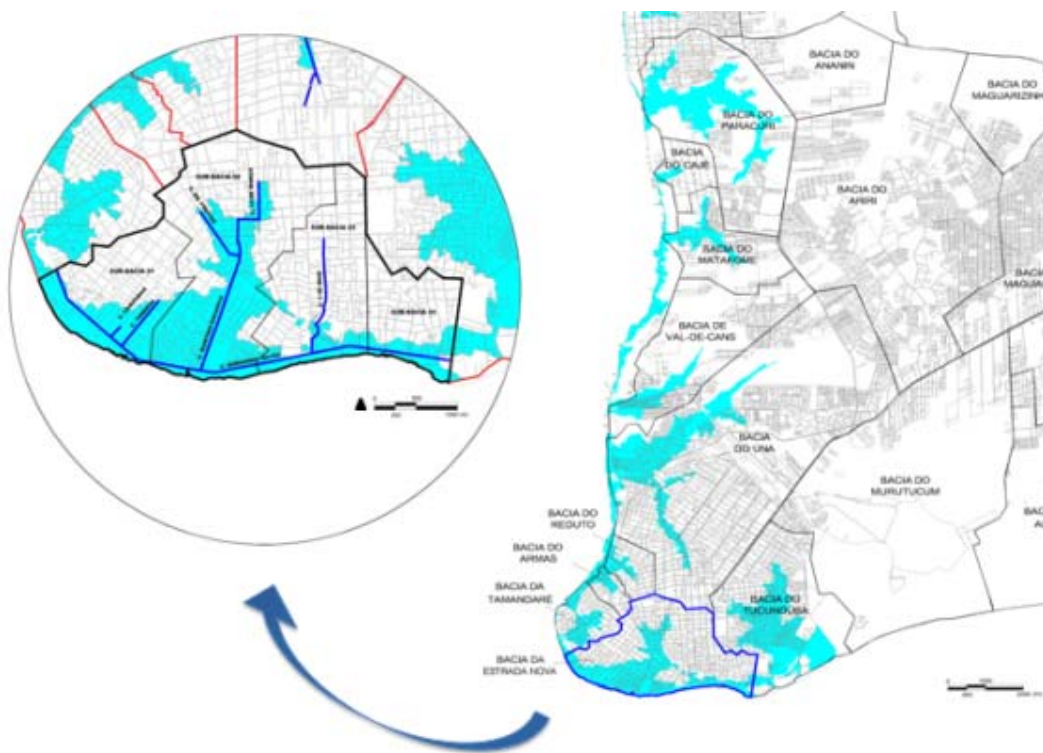
No entanto, as consequências do projeto são discutíveis pela possível intensificação da segregação socioespacial da cidade, já que esta área renovada mostra-se como potencial para ocorrer processos de gentrificação devido a sua proximidade com bairros de classe média, além da ruptura de atividades socioeconômicas desenvolvidas por seus moradores atuais, sobretudo pela proposta de mudança de usos na orla em prol do desenvolvimento econômico do mercado imobiliário e do surgimento de empreendimentos econômicos voltados para grupos sociais com maiores rendimentos. Deste modo, pretende-se através dessa análise desenvolver uma discussão a respeito das contradições do projeto,

identificando discursos e tendências urbanísticas que apresenta e como estes se inserem na área.

### **Bacia da Estrada Nova e as baixadas do Rio Guamá:**

Dentre as bacias influenciadas pelo Rio Guamá, encontra-se a Bacia da Estrada Nova, com extensão aproximada de 9,54 km<sup>2</sup>, sendo a quinta maior bacia da cidade, possuindo 72,70% de sua área constituída por áreas inundáveis (BELÉM, 2007). Atualmente soma uma população de aproximadamente 300.000 pessoas distribuídas pelos bairros do Jurunas, Batista Campos, Cremação, Condor e Guamá, e parcialmente pelos bairros de Nazaré, São Braz e Cidade Velha.

Ilustração 1 - Cartografia de Belém com a delimitação das bacias hidrográficas e as áreas que apresentam cota altimétrica abaixo de 4.00m, em destaque a Bacia da Estrada Nova e seus canais.



Fonte: Adaptado de Belém (2000).

A ocupação da zona sul da cidade, como Penteadó (1968) caracteriza esta área, acelerou-se à medida que começou uma ocupação mais densa de Belém no final da década

de 1950. Até esta década a cidade se expandia influenciada pela malha em tabuleiro de xadrez do Plano de Sidrim de 1905, a qual, no entanto não considerava a topografia local, de modo que o traçado do plano definiu-se bem, em áreas localizadas a 4 metros acima do rio geralmente findando em áreas de várzeas (LIMA, 2000; PENTEADO, 1968). Este fato proporcionou a presença de grandes terrenos baldios próximos à área central da cidade, os quais eram usados para atividades agropastoris.

Essas localizações foram aproveitadas por uma população de baixa renda, recém-chegada principalmente do interior do estado. A ocupação se dava de forma rápida, avançando em direção às áreas de várzea do Rio Guamá, e as vias seguiam a continuação do traçado retilíneo da malha central até que encontrassem acidentes hídricos, os quais eram contornados ou aterrados. De modo diferenciado, nas áreas de charco desenvolviam-se traçados viários mais tortuosos e rudimentares, evidenciando a falta de técnicas formais de planificação urbanística.

Assim, a configuração urbana dos bairros que formam a bacia evidencia a reprodução de uma ocupação territorial influenciada pela fisiografia. Estes aspectos estão presentes, sobretudo, nos bairros mais populares como Condor e Guamá, onde se identifica vias que se localizam no entorno imediato de áreas alagadas, cujos limites interrompem o traçado das ruas e quadras próximas conforme se encontram com charcos. Enquanto isso, bairros como os de Batista Campos, mais próximos do centro, contam com um padrão regular de vias e quadras retilíneas, onde as curvas de nível não interferem consideravelmente no traçado. Deste modo, conclui-se que na área da bacia da Estrada Nova, na medida em que a malha formal se aproxima do rio, esta adquire caráter urbanístico de informalidade e a renda média da população vai diminuindo (ARAÚJO, 2011).

Segundo Penteado (1968) o dique construído ao longo da orla do Rio Guamá na década de 1940 permitiu o aproveitamento de vastas áreas dos “bairros de várzea”, além de proporcionar a abertura da Av. Bernardo Sayão, criando condições para que, ao longo do seu percurso, surgissem estabelecimentos comerciais e industriais. Este dique ficou conhecido popularmente como dique da Estrada Nova, possui 6km e acompanha o Rio Guamá partindo do Arsenal da Marinha no bairro da Cidade Velha até as imediações do Igarapé Tucunduba findando onde atualmente se localiza a Universidade Federal do Pará.

O dique, ao possibilitar a criação de terras secas, serviu como atrativo para o aumento populacional no local. Através de relatos de moradores realizados por Araújo (2008) os moradores que ocuparam as margens do Rio Guamá reconheciam como “terra de ninguém” esta áreas, pertencentes à União. Não havia infraestrutura como energia elétrica e

água encanada, que foram sendo instaladas com o tempo. A possibilidade de ocupação de terra não-regulada pelo mercado e de apropriação ainda não vetada atraiu os futuros moradores, mas também lhes permitiu a implantação nas proximidades do centro econômico de Belém.

A facilidade de acesso ao Rio Guamá contribuiu para a adaptação do modo de vida rural no contexto urbano, refletidos na arquitetura e práticas socioeconômicas locais. As casas eram, em sua maioria, palafitas apoiadas por estacas fincadas na lama e o rio era importante para o sustento dessas famílias, que obtinham o alimento através da pesca ou através do comércio realizado por embarcações interioranas. Portos, trapiches e feiras que se instalaram ao longo da orla estabeleceram uma relação de Belém com outras cidades interioranas, demonstrando uma economia alimentada pelas riquezas naturais de vales dos rios e seus afluentes evidenciando uma dinâmica econômica e social caracteristicamente amazônica (NAEA, 2004).

Outro ponto a se comentar é o engenhoso processo de ocupação de margens de rios e áreas alagadas, formadas por vários estágios de consolidação. Primeiro, o ocupante recém-chegado constrói sua casa sobre o rio, com o tempo ele a desloca para mais próximo da margem, ou ele aterra "seu terreno" através de soluções alternativas às populações mais pobres como restos de materiais de construção, lixo, caroços de açaí e piçarra. Este aterro avançado em direção ao rio possibilita a construção de mais moradias na beira (CARDOSO, 2007; ARAÚJO, 2008). Essas podem ser vistas ligadas ao solo firme por meio de estivas, espécie precária de ponte feita em madeira (e mais recentemente feita em concreto), que sendo continuamente expandidas/modificadas/construídas fixam, em sua expansão, mais palafitas além do trecho aterrado (ARAÚJO, 2008).

Conforme Cardoso (2007) demonstra, essas estivas podem ser posteriormente substituídas por aterro, em um ritmo gradual de consolidação, possibilitando ao morador a melhoria de sua habitação, podendo ocorrer aos mais "afortunados" de construir casas novas em alvenaria. Portanto, o aterro adquire papel de uma infraestrutura que permite a configuração final das ruas, tornando viável a expansão e consolidação do assentamento.

A paisagem da Estrada Nova seria resultante de períodos morfológicos que foram inserindo/modificando elementos conforme a necessidade e referências dos moradores. As primeiras construções são reproduções do conhecimento pré-adquirido do seu construtor (geralmente o próprio morador) que constroem suas habitações com base nas construções ribeirinhas dos seus locais de origem. Conforme a evolução da ocupação, a tipologia das casas, e das estivas, vão sofrendo alterações para adaptação ao contexto local

urbano.

No entanto, a vida sobre as águas em meio urbano torna-se uma realidade onde o morador tem que conviver com aspectos negativos da cidade, como poluição e precariedade. O cenário formado por um processo de urbanização incompleto afetou a qualidade das águas causada pelo lançamento de esgoto *in natura* e outros resíduos, além de que a obstrução dos leitos e das várzeas comprometeu a capacidade de conter as águas das cheias, provocando alagamentos, sobretudo em períodos do ano em que a chuva é mais intensa. A falta de manutenção dos canais, destruição das comportas, o adensamento construtivo e o aumento da vazão das águas vinda da montante localizada na área central favoreceu a ocorrência de alagamentos em diversos pontos da bacia, sendo as áreas baixas as mais prejudicadas, provocando variedade de problemas sanitários e perdas materiais nas áreas mais carentes da bacia.

### **Intervenções na Bacia da Estrada Nova: macrodrenagem e urbanização**

O projeto Portal da Amazônia faz parte da proposta de intervenção urbana e de saneamento da Bacia da Estrada Nova lançada pela Prefeitura Municipal de Belém em 2006, posteriormente nomeada Programa de Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), a proposta possuía duas frentes de ações, a macrodrenagem dos cursos d'água e canais e a revitalização da orla do Rio Guamá. A justificativa para obra era a necessidade de solucionar problemas antigos de saneamento e de urbanização para uma área que em sua maior parte era formada por ocupação informal possuindo uma população de baixa renda. Citavam-se problemas como acessibilidade viária entre os bairros que compõem a bacia, lançamento direto de esgotos "*in natura*" na rede de drenagem pluvial e nos canais, desrespeito às faixas de preservação permanente e transbordamento dos canais e inundações (BELÉM, 2007).

O discurso da prefeitura incluía a adoção de princípios que buscassem alternativas para um desenvolvimento sustentado através da reordenação urbana, utilizando a bacia hidrográfica como unidade de planejamento, desenvolvendo ações que tinham o objetivo de "reverter o quadro de caos urbano instalado nesta região", dando-se destaque ao resgate do equilíbrio ambiental através da requalificação da macrodrenagem, do saneamento básico e do sistema viário nessa bacia (BELÉM, 2007, p.12).

A revitalização da orla inicialmente tinha a proposta de implantar uma

plataforma sobre aterro hidráulico com 6,25 km nas margens do Rio Guamá. Esta plataforma começaria na Rua Veiga Cabral (próximo ao Centro Histórico de Belém) e terminaria na Universidade Federal do Pará – UFPA, conectando-se a Av. Bernardo Sayão, principal via da bacia, que seria duplicada. A primeira etapa do Portal da Amazônia foi inaugurada em Junho de 2012 com 1,5 km de extensão dos 2.2 km propostos. O projeto feito pelo arquiteto Paulo Chaves, atual secretário de cultura do Estado em sua terceira gestão, possui tratamento paisagístico com espécies vegetais nativas, anfiteatro, deck, área de convivência à beira rio e restaurante panorâmico e mobiliários urbanos. Para a construção da primeira etapa do Portal foram investidos cerca de R\$ 100 milhões com recursos do município e governo federal, através do Ministério do Turismo e do Ministério das Cidades.

As ações de macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova foram planejadas através da divisão em quatro sub-bacias, prevendo o tratamento de sete canais. O projeto básico apresentado em 2007 incluía a construção de bacias para retenção de cheias e canais em sua maioria apresentavam seção trapezoidal, com taludes revestidos em placas pré-moldadas de concreto com o fundo do canal permanecendo em leito natural.

Apesar de o projeto inicial discursar sobre a importância de faixas de preservação e descrever intervenções que garantiriam a função hídrica dos cursos d'água, as larguras das faixas de domínio que seriam adotadas não foram indicadas no projeto básico (BELÉM, 2007). Observou-se através da análise dos projetos de vias e canais que não houve adoção de medidas para faixa de domínio já que as propostas eram menores quando comparadas ao Plano Diretor, do código florestal de 1986 e do novo código florestal de 2011.

As obras de drenagem iniciaram em 2009 apresentando diversas mudanças em relação ao projeto básico. Segundo a nova proposta, a qual já teve trecho inaugurado na sub-bacia 01, os canais das sub-bacias 01, 03 e 04 possuiriam drenagem realizada por sistema de aduelas, com escoamento subterrâneo das águas, que funcionarão em conjunto com comportas de controle de entrada das águas de maré. No lugar dos antigos cursos d'água são propostos canteiros centrais com passeios laterais e ciclovia que receberão tratamento paisagístico e equipamentos de lazer, como aparelhos de ginástica e brinquedos. Apenas na sub-bacia 02 o modelo se diferenciou, para os canais transversais a Av. Bernardo Sayão é proposta a reestruturação da drenagem através da retificação e revestimento em concreto dos canais e a construção de uma bacia de retenção de cheias, única bacia mantida dentre as três propostas no projeto básico. Coincidentemente, esta sub-bacia é composta por canais que se encontram em bairros que não estão integrados a faixa de 2,2km de orla aterrada, ou seja, há uma clara diferença nas vias que darão suporte ao Portal da Amazônia, os quais estão



sendo inseridos maiores preocupações com aspectos urbanísticos e paisagísticos.

Ilustração 2 – Obras em execução e inauguradas na sub-bacia 01.



Fonte: <http://www.projetoportaldamazonia.com.br/> [Acesso em: Nov. 2012].

No geral, as soluções empregadas, tanto de 2007 como a mais recente que está em execução partem de técnicas que não favoreceram a característica ambiental dos cursos d'água ao contrário, foram medidas que eliminaram as características de rios urbanos, eliminando leitos naturais e vegetações optando-se a canalizações subterrâneas ou retificação de canais por peças de concreto. Pontos que estariam em desacordo com o atual debate ambiental de reavaliação das condutas de tratamento de águas urbanas, recuperação ambiental e convívio social com o elemento natural e de certa forma contradizem a pretensão de sustentável que o discurso inicial do projeto apresentava.

### **O Portal da Amazônia: Novas Concepções para a Orla**

Segundo Moreira (1966) a expansão da cidade foi marcada por uma verdadeira batalha contra sua topografia e relativa repulsa pelos seus elementos hídricos, tornando as áreas alagadiças próximas aos rios e igarapés desvalorizadas e criando-se o aspecto cultural de se considerar as margens de rio como lugares “sujos” da cidade, sendo destinadas aos

pobres e para atividades comerciais, como feiras populares e portos. O autor ainda relatava uma falta de interesse em investimentos públicos na orla do Rio Guamá, descrevendo que a “a cidade não se volta para o rio, antes vira-lhe às costas, como que tomada de uma estranha pudicícia” (MOREIRA, 1966, p. 132). Esta imagem, da cidade “de costas para o rio” em período recente, tornou-se um poderoso senso comum, capaz de mobilizar as elites locais rumo à adoção de um ideal e um “desejo de litoral” (CORBIN, 1988).

A suposta “repulsa” as beiras de rio começaria a se reverter através de mudanças nas características da política urbana e cultural. Como Ponte (2010) destaca a dimensão de água na cidade de Belém adquire uma nova apropriação a partir de uma visão estética, desde os finais dos anos 1970 e início da década de 1980, com a presença de uma invenção de espécie local de “desejo de litoral” e o surgimento do termo “Janelas para o rio”, cunhado por artistas plásticos e publicitários locais, ligados ao setor público, e que discutiam a reurbanização das margens fluviais da cidade.

Sobrevém ao rio o valor de bem patrimonial, e a sociedade passa a se ressentir por “virar-lhe as costas” no passado e deseja então a sua “retomada”, em uma tentativa de recuperar uma suposta oportunidade perdida de apropriação das águas, sem levar em consideração o papel do rio dentro da lógica econômica que a cidade estruturou-se. Observa-se uma nova forma de olhar o rio: como espaço de lazer e contemplação da natureza, onde sua presença é um elemento natural importante para a construção de uma paisagem que proporcione uma experiência “espiritual”, caracterizando o uso da paisagem natural como espaço de escape e abstração da cidade pós-moderna (ZUKIN, 2000).

Tornam-se, então, umas das principais características dos projetos urbanísticos realizados pelo poder público no final da década de 1990, a abertura de “janelas para o rio”. Localizados em sua maioria nos bairros históricos de Belém, os projetos de revitalização urbana surgiram agregando o “retorno” da vivência tanto com o patrimônio histórico como da paisagem natural. Esses projetos caracterizavam-se não apenas em permear aspectos culturais, mas também pela estratégia de desenvolvimento econômico, pois como Acsegrad (2001) relata o patrimônio biofísico, estético ou cultural marca a imagem da cidade de modo a atrair capitais na competição entre cidades.

Nesse contexto, o Projeto Portal da Amazônia tem o objetivo, segundo termos de materiais de divulgação e da fala do Prefeito, uma “desobstrução” e “retomada” da paisagem do Rio Guamá, onde se pretende construir uma “orla para Belém” (em outras palavras, um “parque urbanístico linear de beira-rio” ou “beira-mar”), que atualmente estaria ocupada por ocupações irregulares ou incompatíveis para uma orla de uma

“metrópole regional” (parte do sentimento de modernidade que ora surge na cidade, que demonstra uma necessidade histórica de construir uma imagem que a não faça perder sua posição de metrópole regional). Este discurso agrega o rio como retomada do patrimônio natural da cidade que está, em suma, ligada a uma ideia de exclusão das benesses que a paisagem natural adquiriu contemporaneamente.

Nesse contexto, a construção da “nova orla” do Rio Guamá acaba se tornando a resposta para uma elite local que se ressentia de não ter a “vista para o rio”, que deseja o projeto de recuperação da orla, deslumbrada por um ideal de modernização que inclui a orla como espaço de lazer e de desenvolvimento econômico:

Com o projeto, a prefeitura pretende fazer com que Belém desponte definitivamente para o turismo com objetivo de gerar emprego e renda, aliado às outras obras que abriram algumas janelas para rio, como a Estação das Docas, as Onze Janelas e o Mangal das Garças. [...] Parte do espaço deverá ser reservado para área de lazer, incluindo quadras de esporte, áreas com equipamentos de ginástica, restaurantes e quiosques, nos moldes das orlas construídas nos grandes centros, como Recife e Rio de Janeiro (BELÉM, 2006).

A Orla da Estrada Nova pretende abrir janelas para que a população local recupere o contato e o acesso ao Rio Guamá, de maneira ordenada, promovendo a revitalização de uma área atualmente ocupada por palafitas e atividades industriais e portuárias (BELÉM, 2007).

Segundo Harvey (2007) uma característica dos projetos urbanos na pós-modernidade são os desejos dos projetos serem sensíveis às tradições vernáculas, as histórias locais, aos desejos, necessidades e fantasias particulares. No entanto, eles estão sujeitos ao esplendor do espetáculo, quase sempre orientados para o mercado. Esta vontade pelos gostos e culturas diferenciados faz parte do “*pot-pourri* de internacionalismo” originado da massificação da cultura. Neste sentido, o “cultural” tornou-se capital simbólico, e oportunidade de lucros em uma verdadeira venda de etnicidade, tornada espetáculo (HARVEY, 2007).

Coexistem nas margens do Rio Guamá a figura da paisagem ribeirinha “idealizada”, vista através de uma visão romântica do habitante amazônico, e a “maldita” e marginal que remete a carência e precariedade (PONTE, 2010). Deste modo, o ideário de orla para a elite belenense é constituída por uma variação do parque linear, com “releitura

regional” na qual a vocação “ribeirinha” e da cultura dos povos indígenas fazem referência ao ancestral do habitante primitivo que viveria em harmonia com a natureza (EMELIANOFF, 2003).

O movimento “orla livre” no período de 2004 a 2008 veiculou diversas manifestações em prol da orla desobstruída de Belém, incluindo simulações eletrônicas de intervenções desejáveis, essas imagens apresentavam passeios com muiraquitãs e desenhos marajoaras ao lado de construções pós-modernas, que indicam o desejo pelos projetos espetáculos símbolos de modernidade (HARVEY, 2007). Também estava inserido o que seria um ideal residencial para orla formado por conjuntos fechados, aos moldes dos condomínios de luxo encontrados nas áreas afastadas do centro de Belém.

A simulação gráfica seria o resultado visual do discurso do retorno ao rio que posteriormente se materializa através do projeto do Portal da Amazônia. Pois como Cauquelin (2007) cita a imagem exerceria uma função pedagógica\publicitária incentivando o novo uso de espaços até então considerados “selvagens”, referindo-se a paisagens naturais como a praia e a montanha que passam a ter frequência após sua descrição em obras literárias e nas artes plásticas no final do século XIX, no caso de Belém a área selvagem em questão são as insalubres margens do Rio Guamá resignificadas.

Ilustração 3 - Simulações eletrônicas do ideário de orla para Belém, a esquerda divulgado pelo movimento "orla livre" em 2007.



Fonte: Prefeitura de Belém. Disponível em: <http://orlalivre.blogspot.com/> [Acesso Mai. 2012] e a direita o projeto do Portal da Amazônia em 2011.

Após a inauguração da primeira etapa do Portal da Amazônia e da macrodrenagem da sub-bacia 01 nota-se que o projeto priorizou a intervenção viária e a construção do parque cultural, inserindo novos usos na área ligados a serviços de lazer. No entanto, problemas inerentes a uma área com características precárias como a questão

habitacional e a própria urbanização ainda podem ser observados do outro lado da avenida beira-rio, em casas em palafitas ao lado de blocos de apartamentos de interesse social inacabados. Configurando contrastes entre o que se propunha um parque cultural moderno e a pobreza habitacional do outro.

Ao lado das palafitas está prevista a construção de um conjunto habitacional, entretanto somente um bloco de apartamentos até agora foi entregue, enquanto os outros blocos ainda estão em construção. A espera pelos apartamentos fez com que moradores removidos fizessem diversas manifestações contra o programa, estes dizem que há atraso no auxílio-aluguel e que este teria o valor baixo diante o preço do mercado imobiliário local, que já sofre com especulações devido ao projeto. Este processo de remanejamento tende a ser prejudicial para o morador que precisa enfrentar custos de deslocamento, além de se configurar como um trauma psicológico pela indefinição de data para receberem suas casas definitivas.

As soluções habitacionais para os reassentados são questionáveis, o projeto habitacional não possui uma preocupação estética e nem busca por novas tecnologias. Não há uma sensibilidade a características socioeconômicas dos moradores, a etapa entregue do Portal da Amazônia não possui nenhum equipamento ligado à atividade portuária e de comércio ligada ao rio, à construção de um porto público seria item prometido no trecho que não foi ainda construído, desta forma considera-se que a nova orla estaria desassociada ao modo de vida praticada no local.

Ilustração 4 - Etapa Inaugurada do Portal da Amazônia.



Fotos: Autora, 2012.

## Considerações Finais

As peculiaridades do sítio natural de Belém, marcadas pela transição rio, várzea, igapó e mata de terra firme, próprias do relevo amazônico, tem se constituído um grande desafio para o gerenciamento da ocupação urbana, havendo uma dificuldade de tratar as áreas alagadas e os cursos d'água que entrecortam o território da cidade. Conforme a cidade adensou observou-se a formação das baixadas as quais possuem características de um processo de ocupação em geral sem planificação urbanística, apresentando uma morfologia caracterizada por um traçado influenciado pela geografia.

Essas áreas têm sofrido intervenções de cunho sanitário, onde o elemento hídrico foi priorizado a partir da sua função de drenagem e de receptáculo de esgoto, com tratamento estritamente técnico e, principalmente, convencional. Obras de saneamento desde

a metade do século XX têm inserido soluções convencionais de drenagem baseadas em retificações e canalizações dos cursos d'águas, que, em conjunto a uma deficiência e falta de flexibilidade do sistema de tratamento de esgoto, levaram a descaracterização dos rios e perda de sua função ambiental, poluição das águas e a perda de identificação do canal como elemento natural. Os canais em Belém são considerados como esgoto a céu aberto e sua presença em geral é ligada a pobreza e as áreas de baixadas.

Recentemente, um segundo tratamento, pode ser visto em intervenções na orla, a qual é vista como uma paisagem natural a ser reconquistada, assim, observa-se projetos que enfatizam a visualização e o relacionamento com o Rio Guamá e com a Baía do Guajará. Intervenções nesse sentido são vistas na área central e foram nomeadas de “janelas para o rio”. Trata-se de espaços públicos de lazer e contemplação com projetos que se enquadram aos *waterfronts* contemporâneos, esses também possuem o objetivo de que Belém esteja apta para “competições de cidades”, através do desenvolvimento turístico, no entanto, sem considerar que o rio é um fator de produção econômica e um elemento de sustento material.

Neste contexto as intervenções na bacia da Estrada Nova associam uma reprodução das duas formas de tratar a água em Belém. O Portal da Amazônia priorizou a criação de áreas verdes e de lazer nas margens de rio, este seria uma expansão dos projetos já iniciados no centro da cidade. Enquanto o tratamento dado aos canais pelo projeto de macrodrenagem continua priorizando a escolha de soluções de drenagem tradicionais, sem uma compreensão mais integrada do ponto de vista ecológico.

Notou-se a busca da inserção em Belém de modelos contemporâneos de intervenção urbana. Estes modelos estão ligados a uma preocupação ecológica e sanitária que defendem uma incorporação de novos usos para espaços a beira-mar, legitimados internacionalmente. Deste modo, o projeto da nova orla conceitualmente não seria um retorno às práticas ribeirinhas da cidade (porque essa nunca deixou de existir), mas a inserção de um modelo urbano, o qual inclusive retiraria características ribeirinhas praticadas no Rio Guamá, onde o “ribeirinho” estaria nesta paisagem apenas como elemento simbólico, já que não são consideradas suas formas de uso e apropriação do espaço.

Deve ser considerado também sobre a nova orla, que a construção de uma paisagem é passada por filtros simbólicos, antigas heranças. E só se considera algo belo e aceitável a partir de uma determinada educação no modo de ver e sentir, “só vemos o que já foi visto e o vemos como deve ser visto” (CAUQUELIN, 2007) E neste ponto, observa-se uma herança da visão preconceituosa sobre as formas de uso e apropriação do espaço pelos personagens ribeirinhos, pois o “belo” para a “orla” significaria a retirada das palafitas, dos

portos, das feiras e todas as atividades que lembram o passado pobre e sujo daquela área da cidade a qual será transformada aos moldes do que a sociedade acredita como deveria ser a apropriação do rio, que no caso é a partir de sua resignificação para padrões estéticos do *waterfront*, onde o componente étnico tem alguma relevância.

Apesar do projeto ainda estar em execução (atualmente a prefeitura busca captar recursos para a continuação do segundo trecho da orla), acredita-se que a análise das propostas é relevante para indicar tendências de intervenção urbana, neste caso ligado ao elemento hídrico, desenvolvidas em Belém atualmente. É observado que ao mesmo tempo em que se presencia na cidade uma tentativa de alinhar projetos a discursos de um urbanismo mais contemporâneo, continua-se a se fazer intervenções a *modus operandi*, reproduzindo-se modelos desenvolvidos em outras regiões do país e mostrando uma carência de soluções próprias para a problemática da cidade na Amazônia.

## Referências Bibliográficas

ABELÉM, Auriléa Gomes. 1989. Urbanização e remoção: por que e para quem? Belém: UFPA/CFCH; NAEA. 165 p.

ACSELRAD, Henri. 2001. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: — . (org.) A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A. p. 27-55.

ARAÚJO, Flávia. 2008. Entre portais do espetáculo e portas do cotidiano sobre as águas do Guamá: cartografando processos construtivos de subjetivação no Jurunas, Belém-PA. [Dissertação]. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. 168 f. Salvador.

ARAÚJO, Camilla. 2011. Projeto urbano e baixadas na Bacia da Estrada Nova. Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação de Arquitetura e Urbanismo a Universidade Federal do Pará.

BELÉM, Prefeitura Municipal. 2006. Versão oficial Portal da Amazônia. Belém: Secretaria Municipal de Urbanismo; Secretaria Municipal de Saneamento; Gabinete do Prefeito Municipal.

— . 2007. Relatório de Impacto Ambiental: Programa de reabilitação urbana e ambiental da bacia Estrada Nova - PROMABEN. TOMO 01/02. Engesolo Engenharia LTDA.

— . 2008. Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências.



— . 2000. [CD-ROMs]. Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM). Cadastro técnico multifinalitário. Cartografia e planilhas digitais. Belém: CODEM-PMB.

BUENO, Laura Machado de Mello. 2005. O tratamento especial de fundos de vale em projetos de urbanização de assentamentos precários como estratégia de recuperação das águas urbanas. 17 f. Campinas/SP: In: Anais: I Seminário Nacional sobre Regeneração Ambiental de Cidades: Águas Urbanas, Rio de Janeiro [organizado por] Vera Regina Tângari, Mônica Bahia Schlee, Rubens de Andrade. – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. [CD-ROM]. Disponível em: [http://www.cidades.gov.br/secretariasnacionais/programasurbanos/biblioteca/regularizacao-fundiaria/textosdiversos/laurabueno\\_fundo\\_de\\_vale.pdf](http://www.cidades.gov.br/secretariasnacionais/programasurbanos/biblioteca/regularizacao-fundiaria/textosdiversos/laurabueno_fundo_de_vale.pdf). [Acesso em: 10 abr. 2009].

CARDOSO, Ana Cláudia. 2007. O Espaço Alternativo: vida e forma urbana nas baixadas de Belém. Belém: EDUFPA.

CAUQUELIN, Anne. 2007. A invenção da paisagem. São Paulo: Ed. Martins Fontes.

CORBIN, Alain. 1989. O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras.

EMELIANOFF, Cyria. 2003. A noção de cidade sustentável no contexto europeu: alguns elementos de enquadramento. Rio de Janeiro: Estudos e debates, n. 42.

HARVEY, David. 2007. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola.

LIMA, José Júlio Ferreira. 2000. Regulatory instruments and urban form: searching for social equity in Belém, Brazil. Tese de Doutorado em Arquitetura – School of Architecture, Oxford Brookes University, Oxford.

MARICATO, Ermínia. 2000. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: — . A cidade do pensamento único. Rio de Janeiro. Ed. Vozes.

MOREIRA, Eidorfe. 1989. Belém e sua expressão geográfica. Belém, Imprensa Universitária, 1966. In: Obras reunidas de Eidorfe Moreira, v.1, Belém: CEJUP.

NAEA, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. 2004. Relatório do projeto MEGAM – Estudo das mudanças Socioambientais no estuário amazônico. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém: NAEA. Disponível em: [www.ufpa.br/projetomegam](http://www.ufpa.br/projetomegam) [Acesso em: 20 de mai. 2009].

PENTEADO, Antonio Rocha. 1968. Belém do Pará (Estudo de geografia urbana). Belém: Ed. UFPA. 2 v. (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo).

PONTE, Juliano Pamplona Ximenes. 2010. Cidade e água no estuário guajarinó. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR-UFRJ. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. 319 f.

SUDAM; DNOS; PARÁ, Governo do Estado. 1976. Monografia das baixadas de Belém: subsídios para um projeto de recuperação. 2. ed. Belém: SUDAM. 2 v.

ZUKIN, Sharon. 2000. Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, Antonio A. (org.) O espaço da diferença. Campinas, Papirus. p. 104-115.